

Calotes encarecem os empréstimos

JANES ROCHA

BRASÍLIA – O risco de levar um calote é o que mais pesa quando os bancos calculam as taxas de juros de seus empréstimos. A conclusão é do estudo *Juros e Spread Bancário no Brasil*, elaborado pelo Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep) do Banco Central e divulgado ontem. *Spread* é o termo para definir a margem que a instituição coloca acima do custo de captação para cobrir outras despesas e tirar seu lucro na operação. O peso da inadimplência na composição da taxa de juros cobrada do consumidor final, sejam pessoas físicas ou jurídicas, chega a 35% em média. O risco é considerado

maior entre as pessoas jurídicas (40%) e menor no cheque especial (19%) das pessoas físicas.

O segundo custo mais importante, de acordo com o estudo do BC, são as despesas administrativas que compõem 22% do *spread*. Os impostos indiretos e o chamado *imposto do cheque* (CPMF) representam 14% do *preço* dos empréstimos bancários, vindo em seguida o lucro do banco (18%) e os impostos (de renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), com 11%.

Depois de pesquisar por cinco meses as taxas cobradas pelos bancos, o Banco Central concluiu que o *spread* chega a 62% ao ano em média, o que somado ao custo de captação faz com que a taxa média de juros para o tomador final

seja de 83% ao ano. O *spread* é maior nas operações com pessoas físicas e menor com as empresas. Entre as pessoas físicas, a cobrança mais pesada é sobre o cheque especial com 157%. Nos crediários e financiamentos pessoais, o *spread* é de 74%. O empréstimo bancário custa bem menos para as pessoas jurídicas: 66%, dentro dos quais estão embutidos 45% em *spread*.

“O risco de crédito e a taxa esperada de inadimplência elevam o custo das operações e perversamente aumentam a própria inadimplência. É um círculo vicioso, no qual a inadimplência aumenta o juro, o juro aumenta a inadimplência”, disse o presidente do BC, Armínio Fraga.